

## CAMPANHA UNIFICA LUTA DOS SERVIDORES

**Funcionários do Judiciário Federal retomam mobilização pelo PL 6613. Movimento com demais categorias do funcionalismo será lançado dia 15 de fevereiro**

Os servidores do Judiciário Federal no Estado do Rio não se dão por vencidos. A categoria vai retomar a mobilização pela aprovação do PL 6.613/2009, que garante a implementação do PCS4. Independentemente da postura intransigente do governo federal, o funcionalismo, de braços dados com a direção do Sisejufe, vai arregaçar as mangas e voltará à luta pelo aumento dos salários. E o primeiro passo para garantir o fortalecimento de mais uma jornada de embates foi dado com a diretoria da Fenajufe aprovando a participação dos servidores do Judiciário Federal no calendário nacional de luta dos funcionários públicos federais.

“A direção do Sisejufe vai seguir o calendário e as orientações da Fenajufe, como sempre fizemos. Vamos participar da luta unificada com os demais companheiros servidores federais”, ressalta Valter Nogueira Alves, diretor-presidente do Sisejufe e coordenador executivo da Fenajufe.

A decisão de nossa categoria participar da campanha unificada foi tomada pela diretoria executiva da Fenajufe no dia 26 de janeiro, em Porto Alegre, em reunião durante o Encontro dos Trabalhadores do Judiciário do Cone Sul, que aconteceu em Porto Alegre. A atividade foi uma das 1.006 iniciativas autogestionárias inscritas no Fórum Social Temático 2012. O fórum de entidades nacionais representantes dos servidores se reuniu no dia 24 de janeiro e definiu o lançamento da Campanha Salarial Unificada 2012 em defesa dos servidores e serviços públicos.

“É preciso assumir uma postura de vanguarda, ir para rua. A perspectiva é essa: ir para o enfrentamento com o governo federal e, se for o caso, com o Judiciário. Se nós quisermos o reajuste salarial, vamos ter que derrotar o governo e enfrentar as administrações que mandam cortar ponto, retaliar e retiram funções”, conclamou Valter.

Integrante da coordenação geral da Fenajufe, Ramiro López, cita que a bandeira de luta dos servidores do Judiciário Federal e Ministério Público da União



Foto: Henri Figueiredo

Bandeira principal de luta dos servidores do Judiciário é o PCS

(MPU), a aprovação dos PCSs, será acrescida a essa mobilização. “Foi consenso entre a diretoria executiva (da federação) a proposta de nos unirmos ao calendário de lutas que envolve as demais categorias, mas vamos incluir nossa bandeira, que é a aprovação dos PCSs”, reforça o coordenador.

Outro coordenador geral da federação também reforçou a importância da unificação e destacou que o momento é de participação de todos os servidores na campanha unificada. Mas, ressaltou que a Fenajufe e os sindicatos deixarão a luta pela aprovação do PL 6613 de lado. “Nesse primeiro momento nós vamos nos unir à luta dos demais servidores federais, mas isso não exclui a possibilidade

de programarmos atividades específicas, dos próprios servidores do Judiciário e MPU”, afirma José Oliveira, da coordenação geral da Fenajufe.

Para a Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef), a participação em massa dos servidores dos Três Poderes será a chave para o sucesso da campanha, que busca atendimento de reivindicações urgentes que garantam servidores valorizados e serviços públicos de qualidade.

“Unificar lutas é uma prática antiga da Fenajufe, nós sempre participamos das lutas conjuntas dos servidores públicos federais. Continuaremos trabalhando nessa perspectiva específica, de defender os PCSs do Judiciário e do MPU, mas vamos atuar também

em uma perspectiva mais ampla, de defender o serviço público como um todo”, declara Ramiro López.

Além do lançamento da campanha salarial no dia 15 de fevereiro, outras atividades estão confirmadas, entre elas uma jornada de lutas em todos os estados, que acontecerá entre os dias 13 e 16 de março. O objetivo dessa jornada é debater o processo de negociações com o governo, avaliar avanços e necessidade de pressão. Como ponto culminante da jornada de mobilização, os servidores irão realizar uma grande marcha a Brasília no dia 28 de março.

Fonte: Imprensa Sisejufe, Cecília Bizerra da Imprensa Fenajufe, com informações da Condsef.

Foto: Joana D'Arc Melo/ Fenajufe



Diretoria Executiva da Fenajufe se reúne e lança calendário de lutas

### LEIA MAIS

**Sindicato cresce: em 2011, foram mais de 300 novas associações**

PÁGINA 2

**Sisejufe negocia e consegue reajuste menor no plano de saúde**

PÁGINA 2

**Cone Sul: Fenajufe debate rumos da luta sindical e crise econômica**

PÁGINA 3

**Prata da Casa: conheça a obra literária da aposentada Francisca Vilas Boas**

PÁGINA 4



## Plano de saúde teve reajuste em janeiro

Os (as) servidores (as) vinculados ao Plano de Saúde Unimed/Sisejufe tiveram no mês passado os valores de seus contratos de plano de saúde, titulares e dependentes, reajustados em 10,57%. O aumento acontece sempre em janeiro, aniversário do atual contrato firmado entre sindicato e Unimed. Reiteramos que o reajuste é somente para os (as) associados(as) ao contrato novo (assinado em dezembro de 2008).

Os vinculados ao contrato antigo, que em regra atende aos agregados (pai e mãe) não terão reajuste agora em janeiro, este contrato será reajustado somente em julho de 2012, mês de seu vencimento. O sindicato negociou intensamente com a Unimed o índice de reajuste, a operadora reivindicou inicialmente um aumento superior a 17%, isso porque no período avaliado, novembro de 2010 a outubro de 2011, a sinistralidade chegou a 74.76%, ultrapassando o índice contratado, que é de 70%.

Após dias de negociação Sisejufe e Unimed chegaram a um acordo sobre o percentual de 10,57%, e que esse valor seria suficiente para restabelecer o equilíbrio contratual e não colocar o contrato em risco.

Entrando na página do Sisejufe (sisejufe.org.br) é possível verificar o demonstrativo do índice de sinistralidade do contrato por competência de atendimento, o comparativo da evolução dos valores de receita e custo, a distribuição do custo por local de atendimento, o período em que foi avaliado o índice de sinistralidade por sexo e por dependentes e ainda, o índice de sinistralidade por rede assistencial.



## Dois servidores filiados a cada dia em 2011

**Sindicalização** Sisejufe tem 5.157 associados que fortalecem a luta da categoria e são beneficiados por convênios

Max Leone\*

Uma das formas de mensurar a força de uma entidade sindical é pela quantidade de trabalhadores sindicalizados que ela mantém em seus quadros de associados. E o Sisejufe é um bom exemplo de como um trabalho político bem feito em defesa da categoria se reflete no número de trabalhadores sindicalizados. Somente no ano passado, a diretoria do sindicato trouxe para a entidade 363 novos associados, o que representa uma média de quase dois servidores por dia útil de atividades (sem contar feriados e recesso) do Judiciário Federal em 2011. Atualmente, o Sisejufe possui 5.157 servidores e servidoras sindicalizados. Os números são de 31 de janeiro deste ano.

O ritmo crescente de sindi-

calização continua em 2012. Somente em janeiro foram feitas 28 sindicalizações, média de 1,75 associados por dia úteis no mês passado. O sindicato havia fechado 2011 com 5.141 servidores filiados à entidade. “É muito importante os servidores e as servidoras do Judiciário Federal do Rio estarem sindicalizados ao Sisejufe. Isso fortalece a nossa luta, a nossa categoria, a nossa entidade. Vamos continuar incentivando que os trabalhadores se sindicalizem cada vez mais”, afirma Valter Nogueira Alves, diretor-presidente do Sisejufe.

### Como se sindicalizar

E atrativo é o que não falta para ser sindicalizado. Além de fortalecer politicamente o sindicato, quem se filia tem os benefícios que são oferecidos

pelo Sisejufe. O associado e seus dependentes usufruem de atendimento jurídico, tem acesso a convênios como plano de saúde e odontológico, descontos em estabelecimentos de lazer e educação (cursos, colégios e faculdades). Há também cursos mantidos pelo próprio Sisejufe (atualmente estão com inscrições abertas os de espanhol e de francês, com preços mais em conta para sindicalizados e dependentes). O sindicato oferece ainda tratamento por meio de medicina alternativa, a tradicional medicina chinesa: shiatsu, acupuntura entre outros.

No Departamento Jurídico, o associado não paga por ações administrativas e tem 20% de desconto sobre os custos da tabela da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em ações cíveis.

Para se sindicalizar, basta o servidor (é necessário ser estatutário do quadro efetivo do Judiciário Federal) acessar a página sisejufe.org.br, ir no campo “Participe” e clicar em “Sindicalize-se” para baixar a ficha de sindicalização. Após preencher os dados deve assinar o documento que pode ser enviado por fax (2215-2443); digitalizado e remetido por e-mail para contato@sisejufe.org.br ou entregar na sede do sindicato, que fica na Avenida Presidente Vargas 509 – 11º andar no Centro do Rio. O desconto da mensalidade é de 1% sobre o vencimento básico feito em folha de pagamento. Mais informações pelo 2215-2443 no ramal 203, com Silvana.

\*Da Redação.

**Contraponto**

**SISEJUFÉ:** Filiado à FENAJUFÉ e à CUT  
**SEDE:** Av. Presidente Vargas 509/11º andar  
 Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20071-003  
**TEL./FAX:** (21) 2215-2443  
**PORTAL:** http://sisejufe.org.br  
**ENDEREÇO:** imprensa@sisejufe.org.br

**DIRETORIA:** Ademir Augustinho Gregolin, Adriano Nunes dos Santos, Angelo Canzi Neto, Carlos Henrique Ramos da Silva, Dulavim de Oliveira Lima Junior, Edson Mouta Vasconcellos, Flávio Braga Prieto da Silva, Francisco Costa de Souza, Francisco de Assis Moura de Andrade, Helena Guimarães Cruz, Joel Lima de Farias, Lucilene Lima Araújo de Jesus, Marcos André Leite Pereira, Mariana Ornelas de Araújo Goes Liria, Mario César Pacheco Dias Gonçalves, Marzia Andrea Bandeira Maranhão, Moisés Santos Leite, Nilton Alves Pinheiro, Nilton Vieira Reis, Olker Guimarães Pestana, Pedro Paulo Gasse Leal, Renato Gonçalves da Silva, Ricardo de Azevedo Soares, Roberto Antônio da Motta, Roberto Ponciano Gomes de Souza Júnior, Ronaldo Almeida das Virgens, Sidnei Barbosa Seixas, Solange de Oliveira Skinner, Valter Nogueira Alves, Willians Faustino de Alvarenga. **ASSESSORIA POLÍTICA:** Vera Miranda.

**REDAÇÃO:** Henri Figueiredo (MTb 3953/RS) – Max Leone (MTb RJ/19002/JP) – Tatiana Lima (MTb 32631/RJ)  
**DIAGRAMAÇÃO:** Deisedóris de Carvalho – **ILUSTRAÇÃO:** Latuff – **CONSELHO EDITORIAL:** Roberto Ponciano, Henri Figueiredo, Max Leone, Valter Nogueira Alves, Ricardo de Azevedo Soares, Flávio Prieto, Pedro Paulo Leal e Vera Miranda – **EDIÇÃO:** Max Leone.

As matérias assinadas são de responsabilidade exclusiva dos autores. As cartas de leitor estão sujeitas a edição por questões de espaço. Demais colaborações devem ser enviadas em até 2 mil caracteres e a publicação está sujeita a aprovação do Conselho Editorial. Todos os textos podem ser reproduzidos desde que citada a fonte.



Impresso em Papel Reciclado. 8,3 mil exemplares.



# Encontro debate temas comuns a trabalhadores do Poder Judiciário de países do Cone Sul

**Cone Sul** Foram tratados assuntos como assédio moral e crise econômica internacional

Porto Alegre (RS) - O Encontro dos Trabalhadores do Judiciário do Cone Sul reuniu cerca de 60 trabalhadores do Brasil, Argentina e Uruguai no auditório das Varas do Trabalho do TRT-4, em Porto Alegre, em 25 de janeiro. O encontro, que fez parte da programação do Fórum Social Temático 2012, aprofundou assuntos comuns aos trabalhadores do Poder Judiciário nos três países, como assédio moral e crise econômica.

Com o objetivo de tornar o intercâmbio permanente, a diretoria executiva da Fenajufe e representantes das entidades da Argentina e do Uruguai discutiram maneiras de tornar o processo de formação e troca de informações entre os três países contínuo. “É importante que isso se torne política permanente, já que somos (os três países) alvo das políticas internacionais voltadas para a América do Sul”, afirma Jean Loiola, coordenador de Comunicação da Fenajufe.

Ramiro López, da coordenação geral da Fenajufe, acrescentou que os debates e o intercâmbio de informações proporcionaram o conhecimento de diferentes maneiras de enfrentar os mesmos problemas. “O encontro foi um debate em que a gente conseguiu se aprofundar nos problemas comuns aos trabalha-

dores do Judiciário do Brasil, do Uruguai e da Argentina”, avalia.

“O inimigo é comum e os problemas são similares, só nos separam fronteiras (geográficas) impostas no passado”, lembrou Raúl Vazquez, representante da Associação de Funcionários do Judiciário do Uruguai.

O primeiro tema debatido no encontro foi “Assédio Moral – Autoritarismo e Democratização no Judiciário”, que contou com a contribuição de cinco expositores: a advogada doutora em Direito e Ciências Sociais Mabel Maurin, do Uruguai; o médico brasileiro Herval Ribeiro, doutor em Saúde Pública; a psicóloga uruguaia Daniela Maquieira e o dirigente da Federação Judicial Argentina Carlos Manzo, que também é licenciado em Trabalho Social.

Mabel destacou a falência do Estado como representante dos cidadãos. Ela conceituou o assédio como um dos gêneros da violência social e acrescentou que ele gera mais violência, por excluir o assediado da sociedade. Já o debatedor da Argentina, Carlos Manzo criticou o fato do Judiciário não reconhecer a violência praticada dentro de sua esfera e, inclusive, “não dar às coisas o nome que elas têm”. Para ele, isso é uma estratégia típica de estruturas de trabalho violentas, que, desta forma,



Ao centro: Ramiro López, coordenador geral da Fenajufe, participa do debate e fala dos desafios da luta sindical no Brasil

minimizam o problema ou até mesmo o tornam invisível. Manzo apontou o grande número de trabalhadores em tratamento psiquiátrico e utilizando medicamentos fortes.

O tema “Poder Judiciário e Justiça Social nos Marcos da Crise Econômica” foi o assunto da segunda parte do encontro. Na mesa que discutiu o assunto estiveram novamente representantes da Argentina, Brasil e Uruguai. O brasileiro José Loguercio, professor doutor e aposentado da Justiça Trabalhista, fez exposição sobre

as origens da crise atual, que devastou a Europa e ameaça outros países. Para ele, a crise é globalizada em certos sentidos, pois estaria ligada aos países capitalistas mais poderosos.

Foi comum a constatação de que a Justiça não cumpre seu papel de proteger os injustiçados, mas age a serviço do grande capital, criminalizando movimentos sociais. Nesse sentido, foi trazido à tona o Documento 319 do Banco Mundial, que visa exatamente isso: a Justiça a serviço do mercado.

De acordo com Daniel Fessler,

diretor do Centro de Estudos dos Trabalhadores do Judiciário do Uruguai, o mundo está mudando e, com ele, o papel do Estado. No entanto, o Poder Judiciário parece não ter acompanhado esta mudança.

A avaliação geral do encontro foi positiva, já que contou com grande participação tanto de servidores de vários estados do Brasil quanto de outros países.

Fonte: Cecília Bizerra da Imprensa Fenajufe, com informações de Janaína Rochido [Sitraemg-MG].

## Centrais exigem valorização do trabalho

Porto Alegre (RS) - O debate “Mundo do Trabalho, Protagonismo e propostas para enfrentar a crise”, realizado em 26 de janeiro durante o Fórum Social Temático, em Porto Alegre, reiterou a importância do protagonismo das entidades sindicais na construção de alternativas à política da especulação e do parasitismo, ditada pelo sistema financeiro. Representando a CUT, a secretária nacional de Comunicação, Rosane Bertotti, destacou o papel da unidade do movimento sindical e social para afirmar um modelo de desenvolvimento onde o Estado tem papel central na efetivação de políticas públicas, com serviços públicos de qualidade, geração

de emprego e trabalho decente.

Rosane Bertotti frisou que o fortalecimento do mercado interno é essencial no combate à crise que devasta a economia dos países capitalistas centrais, e ressaltou a necessidade da elevação do poder aquisitivo, tanto dos trabalhadores privados como do setor público. “Daí a importância da redução dos juros e do estímulo à produção nacional, para que tenhamos mais recursos do Orçamento injetado na economia, fazendo a roda da economia girar”, declarou.

O fórum foi aberto oficialmente dia 24 de janeiro, com uma marcha que teve início por volta das 17h no Largo Jornalista Glé-

nio Peres, no centro da capital gaúcha e seguiu até a Usina do Gasômetro, centro cultural próximo ao centro. O público estimado foi de 20 mil pessoas. O grupo de trabalhadores do Judiciário Federal, composto por representantes da Fenajufe e dos sindicatos filiados, acompanhou a marcha mesmo debaixo de forte chuva, que não foi suficiente para desanimar os participantes.

Em documento conjunto CUT, CGTB, CTB, Força Sindical, NCST e UGT denunciaram que os governos da Europa e dos Estados Unidos estão adotando “medidas inócuas que apenas aprofundam ainda mais a crise, atingindo de forma especial os trabalhadores”. O corte de

investimentos públicos, particularmente sociais e em educação, a demissão de funcionários, a redução de salários, para as Centrais, “resultam em mais recessão, falência industrial, desemprego e perda da qualidade de vida dos cidadãos”.

Diferente disso, as Centrais ressaltaram no documento que, quando eclodiu a crise, o governo brasileiro apostou em outro caminho para enfrentá-la, “com valorização salarial, criação de postos de trabalho, redução de impostos, desenvolvimento industrial, fortalecimento do mercado interno e protagonismo dos trabalhadores”. “Ao invés de investir na redução do papel social do

Estado, na recessão econômica, no empobrecimento dos trabalhadores e na negação de qualquer futuro à juventude, é preciso apostar mais na força criativa e produtiva dos 99% da população mundial e menos no 1% representado pelo sistema financeiro”. Para as centrais, “o novo mundo em construção exige valorização da produção, valorização do trabalho, vigência plena do trabalho decente, desenvolvimento com respeito ao meio ambiente e à sustentabilidade, democratização do acesso à informação e participação dos trabalhadores nas decisões”.

Fonte: CUT Nacional.



# “O texto nunca está pronto. É um enigma”

**Prata da Casa** Paradigmas do homem no mundo moderno são motes para reflexões de poemas de Francisca Vilas Boas

Tatiana Lima\*

Pessoa reservada, característica comum àqueles que têm o talento de versar sobre as mazelas e alegrias humanas, a oficial de justiça aposentada Francisca Vilas Boas, lançou seu terceiro livro “A Asa e o Osso” – uma coletânea de poesias – em setembro do ano passado. A obra expressa as reflexões sobre a incomunicabilidade do ser humano e a sua consequência: a solidão. São fragmentos da leitura da poetisa sobre o ser de hoje enclausurado em contradições no seu cotidiano.

“O ser atual se mostra per-

apenas mostro alguns fragmentos que abrange o homem de hoje”, explica.

Mineira da cidade de Guaxupé, Francisca se encantou pela Literatura ainda pequena, incentivada por uma irmã. Fez da paixão, um ofício, graduando-se em Letras pela Faculdade de Filosofia de Guaxupé-MG (Fafig). Foi lá que a servidora começou a trajetória de contista lançando seus primeiros textos na coletânea “Cadernos 20”, publicação do Diretório Acadêmico, em 1968. Eram minicontos intimistas que chamaram a atenção da imprensa mineira.

Já professora de Português

Foto: Arquivo Pessoal



Francisca Vilas Boas: “Deixo a catarse dos poemas ao sabor do leitor”

*“O abandono esfria meus ossos, deforma meu gesto diferente da pedra onde descanso à margem da manhã.*

*Manhã que me fez tropeçar nos claros entorpecidos*

*amontoadas sob a sal(...)*

*(...) Mas a que tem a ver a pedra com meu estar assim?*

*- sem rumo, sem palavra?*

*Feita apenas de estar... e de ser.”*

*Trecho de A Asa e o Osso – Frações*

dido nesse espaço onde o que se ressalta e é colocado como importante não o realiza. O consumo compulsivo. Estimulado. Seja o consumo material ou imaginário”, avalia.

Exigente, a também professora de Letras e Literatura Portuguesa ela acredita que “o texto nunca está pronto”. Define a escrita como um “enigma” e uma tentativa de “focar e dizer o que está dentro

e fora do corpo. O que é sentido”. Prefere deixar a catarse dos seus poemas e contos ao sabor dos leitores. “O ato de ler é uma conversa independente do gênero literário. Por isso, não procuro fazer na poesia catarse.

e Literatura Portuguesa, Francisca decidiu se mudar para o Rio de Janeiro. “Para sair da cidade pequena e estudar mestrado na PUC-Rio”, conta. Porém, no Rio, incentivada por

amigos e familiares, resolveu estudar também Direito na Faculdade Cândido Mendes. Concomitantemente, ela seguiu dando aulas em colégios públicos e privados.

Por meio de concurso para novos escritores promovido pela Imprensa Oficial de Belo Horizonte, em 1971, ela publicou o livro “O Sabor do Humano”. Em 1972, pelo mesmo processo, escreveu “Roteiro de Sustos”. Os dois livros re-

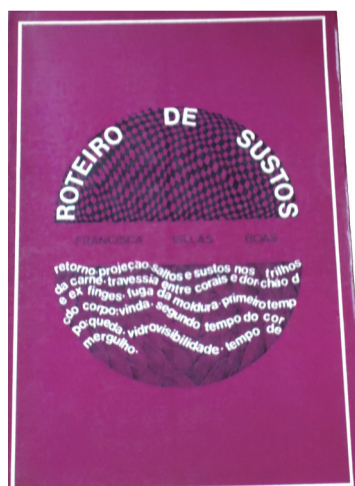
ceberam a Menção Honrosa da Prefeitura de Belo Horizonte e da Prefeitura de Guaxupé. Na década de 1980, após seleção de currículo começou a trabalhar no recém inaugurado Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2).

Em 1989, ela fez concurso público, passou e tornou-se oficial de justiça. À época, iniciava a aposentadoria do Magistério. Porém, permaneceu dando aulas em instituições particulares. Atualmente, Francisca Vilas Boas está aposentada no Judiciário Federal. Porém, muito ativa, segue versando. “Venho escrevendo e engavetando. Tenho material para uns cinco livros. Esse ano que passou deu-me vontade de voltar a publicar”, revela ao Contraponto.

Francisca Vilas Boas é mais uma personagem que o Projeto Prata da Casa apresenta ao funcionalismo do Judiciário Federal do Rio. Iniciativa do Departamento de Formação, Cultura, Esporte e Lazer do Sisejufe, tem por objetivo descobrir, divulgar e dar espaço a servidores e servidoras que possuam talentos artísticos e literários fora da repartição do serviço público.



À esquerda: 1ª obra publicada da contista. À direita: Jornal de Minas destaca o talento literário da servidora. Abaixo: As obras lançadas pela Imprensa Oficial de Belo Horizonte.



**Descoberta de Talentos** – Se você é servidor do Judiciário Federal do Rio, tem veia artística, seja em que área for, e quer um espaço para ver seu trabalho divulgado, entre em contato com o Sisejufe. Quem sabe o próximo personagem do Prata da Casa não seja você? Envie seu contato com alguns detalhes de seu trabalho para imprensa@sisejufe.org.br

\*Da Redação.